



# FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

DEPARTAMENTO  
DE COMUNICAÇÃO

Comunicado de Imprensa n.º 13/231  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
24 de Junho de 2013

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI concluiu sexta avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e aprova novo PSI de três anos**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a sexta e última avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) e aprovou um novo PSI de três anos. Para o efeito, o Conselho tomou nota da decisão do país de cancelar o actual PSI, cujo término estava previsto para 31 de Julho de 2013 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 10/242](#)). Ao concluir a avaliação, o Conselho concedeu dispensas do cumprimento dos critérios de avaliação para o final de Dezembro de 2012 relativos ao stock da base monetária e ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central.

O PSI foi concebido tendo em mente países de baixo rendimento que talvez não necessitem ou não tencionem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em beneficiar dos serviços prestados pela instituição em matéria de aconselhamento, monitoria e endosso das políticas (ver [Nota de Informação ao Público n.º 05/145](#)).

O PSI de Moçambique visa a manutenção da estabilidade macroeconómica e a redução da pobreza através da capacitação institucional em matéria de gestão económica; a melhor focalização das despesas prioritárias; o fortalecimento da gestão da dívida; a eficiência do sector financeiro e a melhoria do ambiente de negócios e da competitividade.

O Sr. Min Zhu, Subdirector-Geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração do FMI, fez o seguinte pronunciamento ao concluir-se as discussões sobre Moçambique:

“O desempenho económico e as perspectivas de Moçambique permanecem sólidos. Auxiliada pelas políticas macroeconómicas correctas, a economia demonstrou resistência à crise financeira mundial. O país está bem preparado para manter o crescimento económico vigoroso no médio prazo, como consequência do alargamento da produção no sector de recursos naturais.

Embora a inflação continue moderada, é preciso manter as pressões inflacionistas sob vigilância constante. As autoridades devem estar preparadas para adoptar políticas mais restritivas caso a inflação ultrapasse as projecções.

O Plano de Acção para Redução da Pobreza define uma estratégia de desenvolvimento ambicioso que visa promover o crescimento inclusivo e melhorar os indicadores do desenvolvimento social. A sua ênfase na diversificação económica e criação de empregos é apropriada.

A estratégia de desenvolvimento das autoridades precisa de se adaptar ao aumento da contribuição da indústria extractiva para a economia, pelo que será importante continuar a modernizar a administração tributária e a gestão financeira pública. O aproveitamento da riqueza dos recursos naturais de Moçambique exigirá um nível elevado de gastos em infra-estruturas. Contudo, é fundamental que o ritmo do investimento público seja compatível com a capacidade de absorção e a sustentabilidade da dívida. Por conseguinte, recomenda-se que as autoridades reforcem a gestão da dívida a médio prazo, bem como a selecção e execução de projectos.

O sistema bancário demonstrou seu poder de resistência diante da crise financeira mundial. São de louvar as melhorias recentes no quadro de resolução de crises, na supervisão bancária e na legislação anti-branqueamento de capitais. Para o futuro, será importante garantir a aplicação rigorosa da nova Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro”.